

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.005 - SP
(2018/0257919-9)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : MASAHIDE YAMASAKI
ADVOGADO : NAOKO MATSUSHIMA TEIXEIRA E OUTRO(S) -
SP106301
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por **MASAHIDE YAMASAKI**, desafiando decisão monocrática, às fls. 214/219, que negou provimento ao agravo em recurso especial, diante da impossibilidade de reexaminar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, pois tal medida demandaria a incursão no acervo probatório existente nos autos, o que é vedado a esta Corte Superior, a teor de sua Súmula 7/STJ.

O agravante, em suas razões, assevera que *"todos os elementos necessários para a apreciação do Recurso Especial interposto pelo agravante se encontram expressamente **delimitados** no v. acórdão hostilizado pelo referido recurso, o que, conforme entendimento do C. STJ, **afasta a incidência da Súmula 7**"* (fl. 226).

Afirma que *"a própria decisão ora agravada consigna que para o reconhecimento dos períodos trabalhados **até 28.04.94**, seria feito por meio de **enquadramento**, sendo certo que o interregno pleiteado pelo agravante se encontra compreendido no aludido período, assentando, também, que para o agente ruído, considera-se especial a atividade desenvolvida acima do limite de 80dB até 05.03.97, quando entrou em vigência o Decreto 2.172/97. Em seguida, a r. decisão admite expressamente que o agravante trabalhou como **engenheiro em indústria metalúrgica**"* (fl. 226).

Aduz que *"o v. acórdão hostilizado pelo recurso especial delineou e reconheceu que no período de 08.02.1988 a 05.03.1997 o agravante ficou exposto a ruído de 82 dB. superior ao tolerado. O equívoco a ser reparado no caso dos autos, reside, tão somente, na interpretação dos dispositivos legais que regem a matéria em relação à **necessidade ou não de exposição permanente**, tendo em vista que a função desempenhada pelo agravante, seu local de trabalho e a exposição ao agente agressivo*

Superior Tribunal de Justiça

foram manifestamente reconhecidas pelo d. Juízo a quo. Assim, como já manifestado nos autos, o agravante consignou em suas razões recursais que a jurisprudência entende pela desnecessidade de exposição permanente até o advento da Lei 9.032/95" (fl. 227).

Assevera que "é totalmente descabida a alegação de que o agravante não teria prequestionado a matéria, uma vez que **sempre** insistiu no argumento de que o INSS nunca impugnou especificamente o referido período pleiteado" (fl. 228).

Intimado, o INSS não apresentou impugnação ao agravo interno (fl. 552).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Compulsando os autos, exerço o juízo de retratação e reconsidero a decisão de fls. 214/219, tornando-as sem efeito. Passo à nova análise do recurso.

De início, mister asseverar que antes da edição da Lei n. 9.032/95, é possível o reconhecimento de trabalho em condições especiais por enquadramento, na medida em que os anexos dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79 listavam as categorias profissionais que estavam sujeitas a agentes físicos, químicos e biológicos, considerados prejudiciais à saúde ou à integridade física do segurado.

A jurisprudência desta Corte, na linha do disposto na Súmula 198 do extinto Tribunal Federal de Recursos, consolidou o entendimento de que o rol constante desses decretos é meramente exemplificativo, sendo possível que outras atividades, não relacionadas, sejam reconhecidas como insalubres, perigosas ou penosas, desde que devidamente comprovado nos autos.

Confira-se, por pertinente, o seguinte precedente, **verbis**:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. ENGENHEIRO MECÂNICO. CONVERSÃO. EXPOSIÇÃO A CONDIÇÕES ESPECIAIS PREJUDICIAIS À SAÚDE OU À INTEGRIDADE FÍSICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

1. O reconhecimento do tempo de serviço especial apenas em face do enquadramento na categoria profissional do trabalhador foi possível até a publicação da Lei n.º 9.032/95.

2. Todavia, o rol de atividades arroladas nos Decretos n.os 53.831/64 e 83.080/79 é exemplificativo, não existindo

Superior Tribunal de Justiça

impedimento em considerar que outras atividades sejam tidas como insalubres, perigosas ou penosas, desde que estejam devidamente comprovadas.

Precedentes.

3. No caso em apreço, conforme assegurado pelas instâncias ordinárias, o segurado não comprovou que efetivamente exerceu a atividade de Engenheiro Mecânico sob condições especiais.

4. Inexistindo qualquer fundamento relevante que justifique a interposição de agravo regimental ou que venha a infirmar as razões consideradas no julgado agravado, deve ser mantida a decisão por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 803.513/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2006, DJ 18/12/2006, p. 493)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. CATEGORIA PROFISSIONAL NÃO ENQUADRADA COMO ESPECIAL PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA EM QUE PRESTADO O SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DANOSA DA ATIVIDADE LABORAL. SÚMULA 07/STJ.

I - O segurado que presta serviço em condições especiais, nos termos da legislação então vigente, e que teria direito por isso à aposentadoria especial, faz jus ao cômputo do tempo nos moldes previstos à época em que realizada a atividade. Isso se verifica à medida em que se trabalha.

II - In casu, a legislação vigente à época em que o serviço foi prestado não contemplava a categoria dos tratoristas e operadores de cana para fins de reconhecimento da atividade como especial.

III - O e. Tribunal a quo, com base na análise do acervo probatório produzido nos autos, não reconheceu a condição de insalubridade da atividade laboral exercida pelo obreiro, sendo assim, a análise da quaestio esbarraria no óbice da Súmula nº 07/STJ.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 852.780/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 412)

Na espécie, o Tribunal de origem, após o exame do conjunto probatório dos autos, não reconheceu ao segurado o tempo especial alegado na função de engenheiro, uma vez que não restou demonstrada nos autos a sua exposição habitual e

Superior Tribunal de Justiça

permanente a agente nocivo, em todo o período pretendido, como se verifica do seguinte excerto do acórdão recorrido (fl. 140):

Nos períodos de 04/08/75 a 05/06/86 e 24/11/86 a 05/02/88, a parte autora trabalhou na empresa Engesa Engenheiros Especializados, no cargo de desenhista de projetos mecânicos e analista de produto, respectivamente.

*Todavia, os informativos acostados aos autos (fls. 22/25 e 26/29) atestam a exposição do agente nocivo ruído, de modo habitual e permanente, **mas sem a mensuração dos níveis de intensidade**. Nesse contexto, não devem ser reconhecidos como especiais, porquanto não restou comprovada a exposição habitual e permanente a ruído acima do limite permitido, não permitindo o enquadramento no código 1.1.6 do Decreto nº 53.831/64 e no item 1.1.5 do Decreto nº 83.080/79.*

E nos embargos de declaração, o acórdão foi assim integrado (fl. 159)

Nos períodos de 04/08/75 a 05/06/86 e 24/11/86 a 05/02/88 (informativos de fls. 22/25 e 26/29), a parte autora trabalhou na empresa Engesa Engenheiros Especializados, uma indústria de fabricação de veículos automotores e unidades motrizes, nas funções seguintes: desenhista de projetos mecânicos (04/08/75 a 31/10/81), analista de produto (01/11/81 a 05/06/86), analista de produto (24/11/86 a 31/12/87) e engenheiro mecânico (01/01/88 a 05/02/88).

Na função desenhista de projetos mecânicos, elaborava projetos de dispositivo, conforme análise efetuada no roteiro de fabricação e esquema de processo, estabelecendo a complexidade do mesmo, de acordo com o lote de peças a serem fabricadas, e analisava projetos de maior complexidade em conjunto com o pessoal envolvido, definindo as partes que serão soldadas e usinadas, e o ferramental usado. Na função de analista de produto, analisava documentos e alteração do produto, materiais obsoletos ou reprovados, itens sem condições de inspeção, com fornecimento interrompido ou que apresentem divergências com o desenho, componentes/conjuntos comprados, a serem utilizados em novos projetos, efetuando estudos, cálculos, testes, dentre outros, e gerando providências para acerto de estruturas. Na função de engenheiro mecânico, procedia a estudos relacionados a parte mecânica dos veículos, definindo requisitos e especificações para obtenção de componentes em produção seriada, fazendo análise de desvios, emitindo laudos para componentes em estoque sem movimentação, desenvolvendo itens opcionais para substituição de peças, verificando a aceitação de componentes.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no período de tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

De outro lado, observa-se que o Tribunal de origem não examinou a controvérsia sob o enfoque do art. 341 do CPC/2015 apontado como violado, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ (*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo."*).

Ressalta-se que esta Corte firmou a compreensão de que *"a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei"* (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

No mesmo sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado.

In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de

Superior Tribunal de Justiça

Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ.

III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Honorários recursais. Cabimento.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1682293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,

Superior Tribunal de Justiça

TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)

Por fim, quanto à alegação de desnecessidade de exposição permanente até o advento da Lei 9.032/95, razão assiste ao agravante. Com efeito, o acórdão recorrido afastou a especialidade o labor, por entender não comprovada a exposição de forma permanente, conforme se observa do seguinte excerto (fl. 140):

No período de 08/02/88 a 05/03/97, a parte autora trabalhou na empresa Parker Hannifin Ind. e Com. Ltda, no cargo de engenheiro de projeto, envolvendo, em síntese, atuação na área administrativa em atividades de desenhos e estudos de projetos, de contato com clientes e liderança dos desenhistas. De sua vez, o informativo e o laudo técnico individual acostados aos autos (fls. 30 e 31/32) atestam a que houve exposição ao agente nocivo ruído em 82 dB, de modo habitual e não permanente. Nesse contexto, não devem ser reconhecidos como especiais, porquanto não restou comprovada a exposição habitual e permanente a ruído acima do limite permitido, não permitindo o enquadramento no código 1.1.6 do Decreto nº 53.831/64 e no item 1.1.5 do Decreto nº 83.080/79.

Assim, resta não configurado o direito ao recálculo da renda mensal inicial (RMI) do benefício da parte autora (NB nº 145.453.269-3).

Entretanto, esta Corte possui firme entendimento no sentido de que a exigência de habitualidade e permanência, para fins de reconhecimento de exercício de atividade especial, apenas veio a lume após a vigência da Lei n. 9.032/95.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a permanência e a habitualidade da exposição a agentes nocivos à saúde são requisitos exigíveis apenas para as atividades exercidas a partir de 29.04.1995, quando entrou em vigor a Lei n. 9.032/95, que alterou a redação do art. 57, § 3º, da Lei n. 8.213/91.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Honorários recursais. Cabimento.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1695360/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 03/04/2019)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE A AGENTES NOCIVOS EXIGIDA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA LEI 9.032/1995. SÚMULA 83/STJ EXPOSIÇÃO EFETIVA AO AGENTE DANOSO.

REEXAME DE FORMULÁRIO DO INSS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Na hipótese dos autos, não é possível nova avaliação do formulário de PPP apresentado, porquanto tal providência demanda reexame do contexto fático-probatório, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. Todavia, conquanto reconhecida pelo Tribunal de origem a submissão da parte recorrente a agentes nocivos antes de 28/4/1995, aquela Corte decidiu por indeferir o pedido em razão de que nos documentos analisados há informação imprecisa sobre se tal submissão ocorreu de maneira contínua ou intermitente.

3. A exigência de habitualidade e permanência da exposição sob agentes nocivos somente foi trazida pela Lei 9.032/1995, não sendo aplicável à hipótese dos períodos trabalhados até a edição do referido diploma legal.

4. Dessarte, com razão a parte recorrente quanto à alegação de que não se pode exigir a habitualidade e permanência em relação a períodos anteriores a 28/04/1995, quando não existia

Superior Tribunal de Justiça

no ordenamento jurídico a referida exigência.

5. Agravo Interno parcialmente provido.

(AgInt no AREsp 1.213.427/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 16/11/2018)

ANTE O EXPOSTO, reconsidero a decisão de fls. 214/219 para dar parcial provimento ao recurso especial e reconhecer o exercício de atividade especial, por exposição ao agente nocivo ruído no período de 8/2/88 à 29/4/95, quando entrou em vigor a Lei n. 9.032/95.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

